



Juiz auxiliar da presidência do TST discute processo eletrônico na Aasp

O juiz auxiliar da presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, José Hortêncio Ribeiro Júnior, reuniu-se na última segunda-feira (12/8), com o diretor da Associação dos Advogados de São Paulo Luís Carlos Moro, na sede da entidade. Um dos principais temas do encontro foi a implantação do Processo Judicial eletrônico na Justiça do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões.

Conforme informação do juiz José Hortêncio, a principal novidade é que, em atenção a um pedido da advocacia, o ministro Carlos Alberto, presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, levará para a próxima reunião do conselho sugestão de alteração da Resolução 94, para que todas as intimações sejam feitas via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. *Com informações da Assessoria de Imprensa da AASP.*

Leia a entrevista do juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior:

Quais as principais queixas que o senhor tem recebido em relação ao PJe?

A lentidão e a instabilidade, ou seja, o sistema cai ou ele é muito lento para que sejam feitas as práticas dos atos processuais. São as duas principais queixas que os advogados têm feito e esses dois pontos estão sendo objeto de muita atenção, o sistema está sendo basicamente trabalhado na estabilidade e no funcionamento da ferramenta, de modo que o advogado tenha esse sistema realmente disponível durante sete dias por semana, 24 horas por dia. Em São Paulo, desde o dia 12 de agosto, foi disponibilizada uma nova versão com um ganho muito bom, e a cada dia novos investimentos estão sendo feitos nessa questão da estabilidade do funcionamento.

Como o advogado deve proceder para usar com sucesso o PJe da Justiça do Trabalho?

O advogado tem que estar com a certificação digital e fazer o cadastramento no sistema. Ainda, é imprescindível que faça um curso de capacitação. A melhor forma de utilizar o sistema é conhecendo aquilo que ele pode oferecer.

Como está a questão da publicidade dos atos processuais no Diário da Justiça Eletrônico?

Esta é uma proposta que o ministro Carlos Alberto levará para a próxima reunião do Conselho, para alteração da Resolução nº 94, e busca-se nada mais do que dar para o advogado uma tranquilidade maior no gerenciamento e acompanhamento dos seus prazos.

Como está a implantação do PJe na Justiça do Trabalho e mais especificamente nos TRTs da 2ª e 15ª Regiões?

O PJe está com um projeto de expansão na 2ª Região, há previsão de que as 90 varas da capital estejam implantadas até o final do ano. Hoje, nove varas são instaladas a cada quinzena. Campinas também inicia neste segundo semestre a implantação, sendo que a capital estará totalmente integrada até o final do ano.

Quais os principais desafios desta fase de transição?



Sem sombra de dúvida, são a estabilidade e o desempenho do sistema. Fazer com que o sistema responda de forma eficiente e célere para os advogados, que hoje constituem o maior público do PJe: são mais de 150 mil cadastrados.

Date Created
15/08/2013